

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Direitos civis: novas categorias de compreensão

Autoras: Vatusi Silva, Diana Lacs Sichel

## **Introdução**

Em 2019 o globo foi atingido por uma Pandemia de Coronavírus de Covid-19. A Covid-19 foi reconhecida como uma pandemia em 11 de março de 2020, porém o surto já havia sido identificado em 30 de janeiro de 2020. Uma pandemia não diz respeito à gravidade da doença e sim a sua disposição geográfica. Assim, uma pandemia é uma epidemia que se alastra em larga escala.

Há seis anos, o Brasil declarou um surto de epidemia de Zika Vírus, que atingiu grande parte do país. Tanto em 2015, quanto em 2019 falava-se que todos os humanos, que estão submersos a essa realidade, estão no mesmo barco sofrendo igualmente por essas doenças. Porém, essa ideia proliferada pela sociedade, via a mídia e outros meios de comunicação, não são sustentados pelos dados. Esse artigo pretende compreender como as mulheres aparecem nos trabalhos científicos sobre a epidemia do Zika Vírus no território nacional, a qual estratificação social elas pertencem e como elas foram atingidas. Sabe-se que essas mulheres têm semelhanças em suas identidades, verificaremos quais semelhanças são elas, como são analisadas e onde há aproximações e afastamentos sobre esse perfil.

O Zika Vírus é transmitido pelo mosquito do *Aedes aegypti*, que foi encontrado pela primeira vez no Brasil em 2015. O mosquito ao picar e transmitir o vírus para a mãe possibilita a transmissão congênita para o feto, permitindo que esse bebê nasça com sequelas. Essas mulheres, que foram picadas pelo *Aedes aegypti*, não se encontravam no mesmo barco, nem sentiram a epidemia da mesma forma. Pesquisas anteriores apresentam que 97% dos partos, em Pernambuco, ocorreram em Hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). Sabe-se que 77% delas se encontram na linha extrema de pobreza. Para além, ocorre que essas mesmas mulheres têm suas habitações em territórios com baixos índices de infraestrutura de saneamento básico, racionamento de água, baixa coleta de esgoto e de lixo e uma drenagem imprópria. Esses problemas impossibilitam condições ambientais apropriadas de vida e trabalho, permitindo, também, uma proliferação do vírus em questão. (COSTA, 2016, p.:49)

Para tecer esse estudo embasou-se na teoria da Desigualdade Ambiental com a metodologia da Interseccionalidade. O objetivo é analisar essas produções científicas através

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dessas novas perspectivas. Por isso, a escolha de se fazer uma revisão bibliográfica, que possibilita retomar o que já se foi pesquisado sobre o assunto, assim como as lacunas existentes em torno das fontes que discutem o tema.

O presente artigo se propõe a analisar através de um levantamento bibliográfico apoiado na observação de bancos de dados, o impacto do papel das construções de gênero sobre as produções científicas sobre o tema. Para tanto, realizamos buscas com o recorte temporal entre 2015 a 2019. Completa ainda o levantamento, relatórios cuja abordagem tenha se dado em torno de infectados pelo Zika Vírus, particularmente, mulheres mães e os que dizem respeito à distribuição sexual do trabalho e do cuidado.

Este artigo é uma proposta que visa preencher uma lacuna a respeito da falta de análises que correlacione os efeitos da Desigualdade Ambiental na experiência dessas mulheres antes, durante e, no momento presente, com seus filhas/os em ambientes que careçam de políticas públicas, de maneira articulada a ferramenta teórico metodológica interseccionalidade.

As configurações em torno da relação entre o Zika vírus e a microcefalia impôs um desafio à saúde pública e aos que pretendem se debruçar sobre o tema. Durante o final de 2015 um surto de microcefalia congênita trouxe tensão e medo à realidade de muitas grávidas, ou ao menos aquelas (cuja informação acerca do problema tiveram acesso) informadas sobre a epidemia. Este artigo está sendo produzido em meados de 2021 durante uma outra crise sanitária, essa agora a de Coronavírus, Covid-19, que não tem nos poupado, além dos efeitos físicos e psicológicos das mortes e do confinamento, a observância de como a desigualdade social e a falta de uma relação sadia com o meio ambiente, tem agravado os efeitos do problema, particularmente, para determinados grupos.

Além das próprias questões impostas por esse tipo de situação, o vírus transmitido pelo *Aedes aegypti* cuja primeira identificação no Brasil ocorreu em maio de 2015 segundo a Fiocruz, é justamente o tempo para se avaliar os efeitos do mesmo sobre a saúde e vida da mãe e do bebê. Algumas informações sobre o vírus: não há vacinas ou mesmo medicamentos que possam combatê-lo; eliminar os criadouros para que o mosquito não se prolifere é, ainda, a principal estratégia com destino a eliminação dos mosquitos. Mas sem olharmos para questões ambientais não é possível vislumbrarmos a extinção do vírus zika ou até mesmo pensarmos na qualidade de vida das mulheres com agora, seus bebês no colo vivendo nas

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mesmas condições ambientais anteriores que propiciaram que as mesmas fossem o grupo mais atingido pelo Zika.

Uma das limitações do nosso estudo foi não dimensioná-lo em nível nacional. Escolhemos as regiões nordeste e sudeste, onde foi registrado maior número de incidência da doença como projeção para o restante do país.

## **Interseccionalizando a desigualdade ambiental**

A teoria de desigualdade ambiental se embasa no ideário sobre (in)justiça ambiental. Essas ideias dizem respeito à colocação diferenciada de riscos ambientais às minorias sociais e econômicas. Essa vertente de pensamento vai em contramão ao pensamento ecológico hegemônico que compreende que todos os humanos estariam subjugados igualmente às consequências das alterações climáticas, independente da sua classe, gênero, origem ou raça (BECK, 2010). Essa corrente de pensamento, possibilita um olhar apenas técnico sobre a questão ambiental, esquecendo da dimensão sociológica. Sendo assim, a concepção de justiça ambiental pretende esgarçar esse escopo, procurando uma análise mais integral sobre a problemática, incorporando as questões sociais nas suas articulações.

Nesse artigo, a definição de injustiça ambiental que será utilizada advém da Rede Brasileira de Justiça Ambiental criada em 2001:

[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.<sup>1</sup>

Já por justiça ambiental:

o conjunto de princípios e práticas que:

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8077-manifesto-de-lan%C3%A7amento-da-rede-brasileira-de-justi%C3%A7a-ambiental.html>>. Acesso em: 16/06/2021.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.<sup>2</sup>

Vale explicitar a distinção entre Injustiça e Desigualdade ambiental. Enquanto a justiça procura uma visão mais filosófica sobre a problemática, a Desigualdade visa uma percepção mais objetiva e empírica. Portanto, nessa análise que será traçada, o termo escolhido para uso será de desigualdade ambiental, pois no momento da redação deste artigo já havia evidências sobre como essas mulheres atingidas pelo Zika Vírus eram, também, expostas a riscos ambientais. Riscos esses como: precário saneamento básico, suas residências em regiões de desabamentos e/ou enchentes, proximidade com lixos expostos ao ar livre, etc.

Outro fator que desde já deve ser levado em consideração é que, historicamente, no Brasil há um acúmulo de poder sobre as terras e os demais meios ambientais. Essa condição priva o acesso a bens básicos para a sobrevivência humana, colaborando também para o aprofundamento da desigualdade social. Logo, essa diferença de alcance desses recursos e também as consequências desses mesmos estarem sob domínio de uma minoria, possibilita o entendimento da desigualdade ambiental, que abarca as distinções sociais estruturais.

Esse viés de análise nos permite compreender o porquê as mais afetadas pela epidemia foram as mulheres originárias da região nordeste do país. Diante disso, a busca por

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8077-manifesto-de-lan%C3%A7amento-da-rede-brasileira-de-justi%C3%A7a-ambiental.html>>. Acesso em: 16/06/2021.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

um ambiente que vise a não discriminação de nenhuma classe (seja econômica, social, racial, etc.) por consequência do desenvolvimento, como a teoria da desigualdade ambiental, dialoga amplamente com a metodologia de interseccionalidade. Sendo assim, ambas linhas de pensamento estão se articulando e refinando a análise sobre o objeto aqui investigado. Por isso, adentrar a discussão sobre o método da interseccionalidade também é relevante.

Interseccionalidade, conceito cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw<sup>3</sup> ajuda a capturar de maneira abrangente sobre como determinados marcadores sociais da diferença influenciam junto a contextos que acabam por corroborar que o perfil das mulheres mais afetadas pelo zika vírus tenham características comuns. A autora analisa como os marcadores sociais da diferença interferem nas relações produzindo um determinado tipo de Ação Social.

A ferramenta interseccional colabora ainda com a identificação dos sistemas que atuam sobre a experiência dessas mulheres afetadas pelo zika vírus nos ajudando a vislumbrar horizontes de soluções efetivas e abrangentes para prevenção de pandemias e eventos parecidos.

Em *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (1989) , Kimberlé Crenshaw buscava apontar o problema de se tratar raça e gênero como categorias exclusivas resultava na invisibilidade a respeito da experiência de mulheres atravessadas por dois ou mais eixos de subordinação. A autora realoca “sujeitas” que estão à margem do aspecto político social, para o centro, analisando os marcadores sociais da diferença que atuam sobre a experiência de determinadas pessoas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

---

<sup>3</sup> Kimberlé Crenshaw sistematizou um conjunto de ideias pré existentes, a emergência da palavra interseccionalidade, cuja análise já concebia a “interconexão” de duas ou mais categorias, o período de concepção do conceito, bem como esses dois elementos se relacionam.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Nos idos dos anos 1980, mulheres afro-mexicanas, indígenas, asiáticas, a formação do feminismo latino, do feminismo negro, a inserção de algumas dessas mulheres na academia e com elas a experiência da articulação política adquirida nos movimentos sociais e na experiência de transitar socialmente como mulheres “marcadas” pela diferença quanto a sua cor, sexualidade, classe e origem étnica e racial, propiciaram uma série de produções como “Civil Wars, de June Jordan (Jordan, 1981); o clássico Sister Outsider (Lorde, 1984) de Audre Lorde; (...) Mulheres, Raça e Classe de Angela Davis (Davis, 1981)” e outras produções da época, que não se restringiam apenas a mulheres negras, ajudaram a estruturar as bases do que veio a ser entendido como interseccionalidade (COLINS, 2017, p. 9-14).

Em 2001 durante a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância o conceito alcançou maior projeção, pois foi encarado como ferramenta pertinente a abarcar um fenômeno tão complexo quanto o racismo articulado com outros marcadores, adequando à análise as características das regiões. Ou seja, o racismo, assim como gênero e opressões de classe são mobilizados de maneira diferente a depender dos contextos socioculturais. A “fama” conquistada pelo conceito após a Conferência está relacionada com seu potencial de desdobramento e complexidade. Além de questões raciais e de gênero, a interseccionalidade possui habilidade para abarcar também as “formas correlatas de intolerância”.

Uma série de trabalhos como os de Patrícia Hill Collins e demais autoras que tomam a interseccionalidade como epistemologia, tem comprovado tal característica. Tal fato põe o método em conexão com o *sujeito* que este artigo investiga.

## **Desenho dos estudos**

O planejamento urbano e regional entram em nossa análise por se tratar da estruturação do meio onde essas mulheres habitam e circulam. Essa esfera que possibilita o contato - de maior ou menor grau - com o vírus. Como já observamos, essas mulheres se encontram em um grupo cercado por vulnerabilidade social, que é imerso dentro dos sistemas de dominação que interferem no gozo do exercício dos direitos, particularmente, os civis. Silva Cunha et. al. (2020) nos ajuda a pensar sobre o porquê essas mulheres se encontram

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

nesta posição. Contudo, junto ao argumento de Silva Cunha et. al a interseccionalidade nos ajuda a analisar de forma holística os efeitos dos eixos de dominação. Outras questões para além da ordem de estruturação dos direitos que empurram essas mulheres para a borda da organização social e, por consequência, a territorial.

As mulheres vêm sendo objeto de estudo e análise das Ciências Sociais nos últimos anos. Porém, observa-se uma lacuna sobre estas, quando o assunto pesquisado é a epidemia do zika vírus. Elas, por conta da estrutura social, são colocadas à margem da sociedade, mas também do pensamento sociológico (de forma ampla). Se debruçar sobre elas e suas especificidades, significa dar espaço e nomes a quem pouco teve nesses últimos tempos. Sendo assim, o presente artigo pretende agora traçar o perfil das mulheres, que foram picadas pelo *Aedes Aegypti*, com o zika vírus e a transmissão congênita, que surtiu consequências nos seus bebês.

Como já apresentado anteriormente, porém é válido relembrar, Costa e Magalhães (2016) apresentam que no estado de Pernambuco, observou-se que dos bebês dos quais nasceram com microcefalia, 97% dos casos, o parto ocorreu em hospitais do SUS. Em Recife, por exemplo, sabe-se que 30% dessas famílias são privadas de condições mínimas de saneamento básico.

Ainda consegue-se traçar um perfil mais preciso dessas pessoas que deram a luz a bebês com microcefalia, 7% delas foram declaradas pretas e 68% pardas. Como se sabe, essas características são de pessoas, que no país, se encontram na linha da pobreza/miséria (COSTA; MAGALHÃES, 2016).

Além dessas determinações sociais que uma mãe pobre passa no Brasil, as mulheres se encontram em uma posição de cuidadoras do lar e da família. O que ocorre é que elas se tornaram responsáveis pela propagação do mosquito, pois seus lares não estariam limpos, e de acordo com os protocolos sanitários, que permitiriam o enfrentamento do *Aedes Aegypti*. Mesmo com as suas casas se encontrando em áreas com um baixo índice de infraestrutura, a responsabilidade pela propagação caiu nos ombros dessas mulheres. Não apenas os lares, como a si mesmas. A culpa por elas terem sido picadas, agravou a situação das próprias vítimas.

Foi realizado um levantamento bibliográfico onde foram analisados ao todo 16 artigos, além de três bancos de dados, DATASUS, Fiocruz e Organização Pan-Americana da

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Saúde (OPAS/OMS). A fim de não repetição de informações foram selecionados três trabalhos que davam conta de oferecerem noções mais integrais e que continham elementos também presentes nos outros artigos.

Trata-se de um levantamento de artigos cuja pesquisa se refere à coleta de dados relacionados à epidemia de Zika Vírus cuja transmissão se dá principalmente pelo *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, mosquito do grupo Aedes. A transmissão da doença também pode ocorrer por transmissão sanguínea e neonatal (Silva Cunha, et. al, 2020). As publicações selecionadas se referem a levantamentos realizados nos biênios de 2015 e 2016.

O primeiro levantamento do qual lançamos mão para embasar esta análise está ancorado no estudo publicado no Pan American Journal of Public Health em 2019<sup>4</sup>. Cujas pesquisa possui caráter descritivo, transversal de abordagem quantitativa, avaliou 25 das 39 mães cujos filhos nascidos vivos no estado do Espírito Santo entre os anos de 2015 e 2016 cujos bebês tiveram diagnóstico de síndrome congênita do Zika, o objetivo da pesquisa foi traçar o perfil sociodemográfico das mães. A metodologia de coleta deste estudo se deu através da aplicação de formulários a fim de verificar o perfil dessas mulheres.

O segundo levantamento trata-se de um trabalho em conjunto entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco<sup>5</sup>. Este trabalho publicado em 2016 buscou mapear os primeiros casos de microcefalia, em bebês nascidos vivos, diagnosticados com o Vírus Zika na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. A escolha desse estudo está ligada diretamente ao fato de que “A epidemia de microcefalia associada ao zika vírus emerge em outubro de 2015, como uma tragédia sanitária e humanitária no Brasil e com maior peso em Recife/Pernambuco.” (Costa, 2016). Além disso, o período no qual a coleta é realizada, entre 31 de agosto a 31 de outubro de 2015, coincide com o ano de marcação oficial do início da epidemia no Brasil. Neste levantamento os dados foram coletados por meio dos registros médicos e questionário aplicados às parturientes. A pesquisa objetivou descrever os primeiros casos de microcefalia na Região Metropolitana do Recife.

---

<sup>4</sup> Freitas PSS, Soares GB, Mocelin HJS, Lacerda LCX, Prado TN, Sales CMM, et al. Síndrome congênita do vírus Zika: perfil sociodemográfico das mães. Rev Panam Salud Publica. 2019;43:e24. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.24>

<sup>5</sup> VARGAS, Alexander et al. Características dos primeiros casos de microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika notificados na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 25, p. 691-700, 2016.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O terceiro trabalho busca estabelecer e analisar a influência de indicadores sociais da diferença na distribuição espacial dos casos de Zika vírus no estado do Rio Grande do Norte. O estudo publicado na revista de Ciência & Saúde Coletiva<sup>6</sup> relaciona a notificação dos casos do Zika vírus com indicadores sociodemográficos. Os dados foram calculados tomando como premissa informações coletadas na Secretaria de Estado e de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN) e do DATASUS.

Segundo o artigo “Síndrome congênita do vírus Zika: perfil sociodemográfico das mães”, que buscou traçar o perfil sociodemográfico das mães no estado do Espírito Santo que tiveram filhos com diagnóstico de síndrome congênita do Zika mostrou que 52% das mulheres possuíam uma média acima dos 30 anos de idade, já 64% possuíam um companheiro até o momento de realização da pesquisa. 48% das entrevistadas possuíam ensino médio completo e 74% se declararam não brancas, 20% se declararam pretas e 56% pardas. Sobre informações a respeito do mercado de trabalho, 36% do universo trabalhavam como donas de casa antes da gestação. As outras 64% tinham diversas ocupações, o estudo aponta ocupações de remuneração baixa ou média. Do quantitativo de mulheres que possuíam vínculo empregatício antes da gravidez, 75% informaram que foram “demitidas ou coagidas a pedirem demissão de seus empregos”. Entre os motivos elencados os principais estão a impossibilidade em conciliar longas jornadas de trabalho com as demandas de cuidado com os bebês e visitas constantes aos hospitais.

Os levantamentos apontam o meio urbano como região de maior índice de conformação e contaminação nas regiões do Espírito Santo e Rio Grande do Norte, respectivamente regiões sudeste e nordeste do país, as mais afetadas pela epidemia de Zika Vírus.

A avaliação das desigualdades sociais sob o contexto das epidemias de arboviroses toma ainda mais base à medida que tanto o *Aedes aegypti* quanto *Aedes albopictus*, principais vetores de arbovírus no país, ampliaram sua faixa geográfica e passaram a estar cada vez mais associado ao meio urbano, sobretudo em cidades de países em desenvolvimento, onde o processo de urbanização tem se dado de forma acelerada e não planejada, o que tem levado a fragilidades socioespaciais. À exemplo de fragilidade socioespaciais com impactos sobre a saúde pública tem-se a desigualdade estrutural, onde de um lado se encontra bairros luxuosos com infraestrutura adequada, com serviços públicos atuantes e de outro, bairros precários, com

---

<sup>6</sup> CUNHA, Lizailma Silva et al. Relação dos indicadores de desigualdade social na distribuição espacial dos casos de Zika vírus. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1839-1850, 2020.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

má distribuição de renda, inexistência de serviços básicos como rede de esgoto, coleta de lixo e abastecimento de água, ao que se soma ainda o permanente estado de insegurança físico-ambiental (Cunha, 2020).

Ainda sobre as similaridades entre os estudos que analisaram a região dos Espírito Santos e as regiões do Rio Grande do Norte identificaram que o local de residência das entrevistadas eram em áreas, mesmo em regiões metropolitanas, com carência de planejamento urbano e infraestrutura.

O diário de campo de pesquisa revelou que 17 (68,0%) residiam em áreas de periferia desfavorecidas e com condições precárias (casas em encostas sem proteção e com risco iminente de desabamento, casas de madeira, casas de alvenaria sem pintura e acabamento, piso diretamente no chão de terra, bairros sem acesso a coleta de lixo e sem ligação de esgoto sanitário). Quanto à moradia, 17 (68,0%) moravam de aluguel e 8 (32,0%) possuíam casa própria” (Freitas, 2019)

Outra similaridade de estudos foi o não estabelecimento de um padrão equitativo entre as mães de bebês com Síndrome Congênita do Zika (SCZ) atingindo primordialmente mulheres localizadas na base da pirâmide social. A pesquisa que apresenta dados sobre os primeiros casos de microcefalia no estado do Espírito Santo, apesar de apresentar dados detalhados sobre o feto também buscou caracterizar o perfil mais específicos das mães, enquanto mapeava os sintomas delas, focando na busca da evidência se a mãe teria sido ou não picada pelo mosquito. O interesse se encontra em provar de forma empírica se essas pessoas teriam mais condições de serem picadas, porém, seu objetivo não é capturar como essas condições estruturais afetam a vida dessas mulheres e sim procurar provar empiricamente o diagnóstico.

O artigo “Características dos primeiros casos de microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika notificados na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco” que buscou rastrear os primeiros casos de microcefalia em Recife também se aproxima das demais pesquisas ao examinar os casos existentes na “região metropolitana”. A particularidade deste estudo em relação aos outros dois trabalhos apresentados reside no fato de que o recorte espacial foi tomado como ponto de partida como foco da análise e não surgiu como dado onde se comprova um maior número de incidências da infecção conforme resultado das outras pesquisas.

Este estudo aponta uma maior incidência de parto normal junto ao nascimento dos bebês com a média geral de tempo de gestação das mulheres pesquisadas em 38 semanas de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

gestação. A mediana da idade das parturientes foi de 25 anos de idade “(amplitude: 16 a 41)”. Assim como os outros dois “A maior parte delas era de cor da pele/raça parda ou preta”. A mediana da renda per capita apontada por esse estudo se apresentou na faixa de quatrocentos reais.

Todas as pesquisas, mesmo a que procurou estabelecer o perfil das mães não buscou analisar necessidades específicas do grupo. Dois trabalhos buscam rastrear as condições que corroboraram com um maior índice de infecção entre determinado grupo e as consequências diretas que afetam essas mães apenas em relação ao cuidado, seja ele financeira, seja no cuidado com o bebê microcefálico. Questionamentos que tratassem de suas necessidades, seja como pacientes infectadas pelo Zika Vírus e seus efeitos físicos e no âmbito de saúde mental, seja nas consequências estruturais diretas deixadas pela epidemia na experiência material e simbólica dessas mães.

## **Conclusão**

Diante desta análise, observa-se que a teoria de injustiça ambiental utilizada com a metodologia interseccional, colabora para um entendimento mais integral sobre o objeto de estudo. Ao compreender que a mãe é o ponto de partida e o ponto central dessa perspectiva, apoiar-se em uma metodologia que possibilite que esse papel fosse ocupado por um perfil de pessoa que majoritariamente são mulheres, negras, pobres, periféricas e residente da região nordeste, foi crucial para o desenvolvimento do pensar científico acerca do tema. Para além, a teoria de injustiça ambiental, proporcionou uma compreensão de como os seus direitos básicos para a convivência em sociedade e para um bem viver social, estão fragilizados. Por mais que a epidemia do Zika Vírus possa ser considerada advinda do mundo animal e natural, os motivos pelos quais uma determinada classe social ter experienciado mais as suas consequências, por vez de forma mais intensa, são originadas no mundo social. A organização social possibilitou que essa camada de mulheres tivesse que ter vivenciado de forma distinta esse surto.

As mulheres picadas pelo mosquito do *Aedes aegypti* que tiveram transmissão congênita e que seus filhos nasceram com seqüela, somam em torno de 65% das estudadas.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O espaço físico de circulação e residência das estudadas se apresentaram como propício para a proliferação desse surto. O mau cuidado das prefeituras diante das áreas públicas de determinadas regiões das cidades, evidenciam essa questão. Conforme Cunha et al. (2020) argumentam em seu artigo, não é sobre a baixa qualidade de serviços públicos, porém, sua inexistência. Há uma ausência de “[...] rede de esgoto, coleta de lixo e abastecimento de água [...]” Ainda o espaço privado das residências, em sua maioria, cuidado por essas mulheres, que foram responsabilizados pela proliferação do vírus. Logo, a responsabilidade sobre esse ataque dos mosquitos ao país, mais uma vez caiu sobre as mulheres, ignorando que a causa da adversidade é de determinados agentes sociais.

Sendo assim, atribuir as responsabilidades a quem é devido, se faz necessário em busca de desresponsabilizar quem foi colocado como a principal figura desse contexto. O mosquito, não é um problema ambiental, apenas, a forma como ele atinge a sociedade é uma questão de estrutura e, conseqüentemente, de desigualdade social. O ponto culminante se encontra em como construir ambientes com saneamento básico e sadio para a convivência humana e que por efeito, produzirá a diminuição dos criadouros de mosquito e com isso abaixar a proliferação deles. Por conseguinte, essa desigualdade de estrutura de cidade e falta de planejamento urbano possibilitam que um determinado grupo social, com determinadas características, suporte mais diante de surtos de saúde do que outros. Desarmando o ideário social, de que estamos todos no mesmo barco. Afinal, outros estratos sociais não foram tão afetados quanto esses.

Para além, se debruçar com essas perspectivas de análise, possibilitou o olhar que busque o asseguramento de leis já existentes na constituição federal de 1988, como no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”<sup>7</sup> A busca por uma sociedade menos desigual, pode se iniciar no asseguramento de leis já existentes na constituição cidadã.

Ao longo da elaboração desta pesquisa, se verificou que os trabalhos acadêmicos a respeito da epidemia do Zika Vírus não se debruçaram sobre as causas e efeitos das mulheres que se tornaram mães com seus filhos com microcefalia, não enxergam ela para além como

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01/08/2021.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“mães”, não observando a posição cidadãs delas e, apenas, a sua função sexual e social. Elas foram subordinadas à posição do meio da análise do objeto ou o feto ou o próprio vírus, para se chegar ao fim, o objetivo de uma determinada pesquisa.

Assim, a pergunta que se buscou e se buscará em futuros artigos de se responder é: até que ponto a construção cultural da diferença sexual da sociedade brasileira produz invisibilidade na produção científica sobre as mulheres por si, para além da performance dos seus papéis de mães reprodutoras e cuidadoras. Objetos de pesquisa restritos ao período da epidemia que foram infectadas pelo vírus da Zika com a transmissão congênita, durante a epidemia de Zika Vírus.

## **Bibliografia:**

ACSELRAD, Henri et al. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMBROGI, Ilana G.; BRITO, Luciana; DINIZ, Debora. The vulnerabilities of lives: Zika, women and children in Alagoas State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00032020, 2021.

BULHÕES, Camilla de Sena Guerra et al. Psychic repercussions in mothers of children with congenital Zika virus syndrome. **Escola Anna Nery**, v. 24, 2020.

CARVALHO, Layla Pedreira. Vírus Zika e direitos reprodutivos: entre as políticas transnacionais, as nacionais e as ações locais. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, 2017.

CASTRO, Jose Esteban; COSTA, André Monteiro. As cidades, o mosquito e as reformas. **WATERLAT-GOBACIT NETWORK WORKING PAPERS**, 2016.

\_\_\_\_\_. Desigualdade estrutural e microcefalia: o saneamento como direito negado. **WATERLAT-GOBACIT NETWORK WORKING PAPERS**, 2016.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CAMPOS, Mara Marusia Martins Sampaio et al. Desafios e perspectivas de mães de crianças com microcefalia pelo vírus Zika. **Rev Rene**, v. 19, p. 1-8, 2018.

COSTA, A. M. A determinação social da microcefalia/Zika no Brasil. **Cadernos de trabalho da rede water-lat-gobacit**, p. 44-61, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: The University of Chicago Legal Forum, n. 140, 1989, p. 139-167.

\_\_\_\_\_. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: Stanford Law Review, v. 43, n. 6, jul. 1991, p. 1241-1299.

CUNHA, Lizailma Silva et al. Relação dos indicadores de desigualdade social na distribuição espacial dos casos de Zika vírus. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1839-1850, 2020.

FREITAS, Paula de Souza Silva et al. Síndrome congênita do vírus Zika: perfil sociodemográfico das mães. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, 2019.

GALLI, Beatriz; DESLANDES, Suely. Ameaças de retrocesso nas políticas de saúde sexual e reprodutiva no Brasil em tempos de epidemia de Zika. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, 2016.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Ciências Sociais Hoje, 1984, p. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 26 abr. 2021.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

HAMAD, Graziela Brito Neves Zboralski; SOUZA, Kleyde Ventura de. Congenital Zika virus syndrome: knowledge and how to communicate the diagnosis. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, 2020.

LINDE, Ana Rosa; SIQUEIRA, Carlos Eduardo. Women's lives in times of Zika: mosquito-controlled lives?. **Cadernos de saude publica**, v. 34, p. e00178917, 2018.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes et al. Emergency and permanence of the Zika virus epidemic: an agenda connecting research and policy. **Cadernos de saude publica**, v. 34, p. e00075718, 2018.

PITANGUY, Jacqueline. Os direitos reprodutivos das mulheres e a epidemia do Zika vírus. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 5, 2016.

SCOTT, Russell Parry et al. A epidemia de Zika e as articulações das mães num campo tensionado entre feminismo, deficiência e cuidados. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 3, n. 2, 2017.